



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 26/2018.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 26/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0001696-82.2018.6.22.8000

PREGÃO ELETRONICO N. 47/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP, PARA OS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.775.721/0001-85, com sede na Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim, n. 2, Bairro Centro, Município de Ananindeua, Estado do Pará, CEP: 67.030-170, Telefone: (91) 3282-0822, 9303-9394 e 98402-1696, E-mail: compras_limpar@hotmail.com; limpar_limpezaeconservacao@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **IGOR CESAR SILVA FURRIEL**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4265115/PC/PA e CPF nº 873.922.612-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: DESPACHO Nº 1716/ 2020 - PRES/DG/GABDG, de 20/10/2020 (evento [0607677](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 26/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 02/01/2021 a 01/01/2023.**

Subcláusula Primeira - As planilhas de custos referentes à Prorrogação Contratual constam no evento [0584332](#) do Processo Administrativo respectivo.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor **TOTAL** deste termo aditivo é de **R\$ 1.869.717,68** (um milhão oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), conforme a seguir demonstrado:

- (A) Valor mensal dos serviços/postos de trabalho: **R\$ 76.821,57**
- (B) Valor total dos serviços para 24 meses (A X 24 meses):
R\$ 1.843.717,68
- (C) Valor previsto/estimativo para horas extras em ano eleitoral: **R\$ 26.000,00**
- **(D) Valor total da prorrogação (B + C): R\$ 1.869.717,68**

Fonte: Informação 89/2020/SEAP (evento [0587697](#) do processo correspondente).

Subcláusula Primeira - Para os cálculos dos valores da prorrogação, utilizou-se como base as planilhas de custos atualmente em vigor (da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

repactuação de 2020 - evento [0549962](#)) e aplicou-se as reduções propostas na negociação entre unidade gestora da contratação e a contratada, consistente na retirada de custos que já estarão amortizados ao longo dos 24 meses iniciais, além de redução de custos ainda não amortizados, mas passíveis de redução (eventos [0584326](#), [0584332](#) e [0587434](#)).

Subcláusula Segunda - O valor atualizado deste contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 1.853.429,28.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do orçamento 2021 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#).

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Termo Aditivo, complementação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 93.485,88** (noventa e três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste termo aditivo.

Subcláusula única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Décima do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na CLÁUSULA OITAVA do Contrato n. 26/2018/TRE-RO e no inciso II do art. 57 da Lei 8666/93.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/1993)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Artigo 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 22 de outubro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela Contratante	IGOR CESAR SILVA FURRIEL Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N.
26/2018/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas*:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
- Contrato n. 26/2018 (assinado em 24/11/2018) - Volume VIII do PA (evento n. 0363053) -Vigência de 24 meses, a contar de 02/01/2019. (Garantia: R\$ 86.700,00)	R\$ 1.734.000,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 22/07/2019 – Volume X do PA (evento 0436491) Repactuação CCT 2019/2019 que impactou o valor do contrato em 4,552% (R\$ 78.927,84), a contar de 1º/01/2019 + alteração de redação dos itens I e II da Cláusula Décima Sétima do contrato originário. (garantia: R\$ 3.946,39)	R\$ 36.948,72	-
Apostila n. 01, assinada em 16/07/2020 – Volume XII do PA (evento 0560247) Repactuação CCT 2020/2020 que impactou o valor do contrato em 2,234% (R\$ 40.501,44), a contar de	R\$ 40.501,44	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1º/01/2020. (garantia: R\$ 2.025,07)		
Termo Aditivo n. 02, assinado em ___/10/2020 – Volume XIII do PA (evento 0609749) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 02/01/2021 até 01/01/2023. (garantia: R\$ 93.485,88)	R\$ 1.869.717,68	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 1.853.429,28
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/10/2020, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGOR CESAR SILVA FURRIEL, Usuário Externo**, em 26/10/2020, às 08:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/10/2020, às 08:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/10/2020, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0609749** e o código CRC **BC0D732F**.

0001696-82.2018.6.22.8000

0609749v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 22/10/2020 11:15:28.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 89/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

De: SEAP

Para: GABSAOFC/SAOFC

com conhecimento à COSEG

Assunto: Prorrogação do Contrato 26/2018 – Prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado de Rondônia, firmado com a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda ([0363053](http://www.cnpj.com.br/0363053)).

Senhor Secretário,

Considerando:

- 1) que em 01/01/2021 expira a vigência inicial de 24 meses do contrato em epígrafe;
- 2) a necessidade de tais serviços no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos moldes contratados;
- 3) que tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada, não havendo registro de sanções administrativas impeditivas de prorrogação;
- 4) que após ser consultada a contratada **manifestou interesse** na prorrogação do contrato, conforme documentos constantes dos eventos [0563194](#), [0565977](#), [0584326](#), [0584332](#); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5) que a empresa contratada concordou com ajustes na planilhas de custos e formação de preços, consistente na retirada de custos que já estarão amortizados ao longo dos 24 meses iniciais, além de redução de custos ainda não amortizados, mas passíveis de redução, conforme proposto por esta unidade - eventos [0584326](#) (proposta de redução e ajuste em rubricas das planilhas de custos, [0584332](#) (planilhas de custos de acordo com a proposta) e [0587434](#) (aceite da contratada);

Esta unidade **sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período da vigência inicial, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto em sua Cláusula Oitava.** Assim sendo, a prorrogação aqui sugerida seria para o período de 02/01/2021 a 01/01/2023.

O valor de tal prorrogação será de R\$ 1.869.717,68 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), conforme demonstração a seguir:

- (A) Valor mensal dos serviços/postos de trabalho: **R\$ 76.821,57**
- (B) Valor total dos serviços para 24 meses (A X 24 meses): **R\$ 1.843.717,68**
- (C) Valor previsto/estimativo para horas extras em ano eleitoral: **R\$ 26.000,00**
- **(D) Valor total da prorrogação (B + C): R\$ 1.869.717,68**

Para os cálculos dos valores da prorrogação, utilizou-se como base as planilhas de custos atualmente em vigor (da repactuação de 2020 - evento [0549962](#)) e aplicou-se as reduções propostas na negociação entre esta unidade e a contratada, relatada no item 5, o que resultou nas planilhas de custos e formação de preços para a prorrogação pretendida, constantes do evento [0584332](#).

DA VANTAJOSIDADE DA PRORROGAÇÃO - desnecessidade da realização de pesquisa de mercado

Esclareça-se que, baseado no Acórdão nº 1214/2013-TCU – Plenário e bem assim o disposto no Anexo IX da Instrução Normativa 05/2017 SEGES/MPDG, não foi realizada pesquisa de mercado para demonstração da vantagem da prorrogação, pois tais normativos apresentam as seguintes regras, que se aplicam ao contrato em epígrafe (Limpeza):

“A vantagem econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);

Ao contrato em comento aplicam-se as regras acima.

Cabe ainda destacar que para a prorrogação pretendida haverá redução em relação aos valores atualmente praticados no contrato, considerando ajustes nos custos apontados no item 5, conforme demonstrado a seguir, ratificando assim a vantagem da prorrogação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Valores Atuais	Valores Prorrogação
Valor mensal dos 21 postos de trabalho	R\$ 77.913,78	R\$ 76.821,57
Valor anual do contrato	R\$ 34.965,36	R\$ 921.858,84
Valor para 24 meses	R\$ 1.869.930,72	R\$ 1.843.717,68

Redução em valores: R\$ 26.213,04; Redução em percentual: R\$ 1,40%

Para o custeio da prorrogação contratual relativa ao exercício de 2021 deverá ser empenhado, no momento devido, o valor de R\$ 921.858,84 (novecentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Por todo o exposto, encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, para análise e deliberação superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 16/09/2020, às 19:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0587697** e o código CRC **944859A0**.

0001696-82.2018.6.22.8000

0587697v13

Criado por 004864972321, versão 13 por 004864972321 em 16/09/2020 19:45:51.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL (SEAP)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: 1ª Prorrogação da vigência – Contrato n. 26/2018 - Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 221 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de material de limpeza, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 26/2018 (0363053)**, o qual se encontra em plena vigência.

02. Na Informação nº 89/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0587697](#)) a unidade gestora noticia a proximidade do término da vigência de 24 meses do ajuste, anotada para o dia 01/01/2021, e solicita ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugerido, com ciência a COSEG. Ainda alude a unidade que os serviços são de natureza contínua e que estão sendo prestados a contento pela empresa contratada. Ao final a unidade informa que para custeio do novo valor do contrato (R\$ 1.843.717,68) com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2021 no valor de **R\$ 921.858,84** (novecentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

03. Assevera a gestão da contratação a vantajosidade na prorrogação, informa que após negociação com a contratada houve ajuste na planilha de custos e formação de preços, consistente na retirada de custos que já estarão amortizados ao longo dos 24 meses iniciais, além de redução de custos ainda não amortizados, mas passíveis de redução, conforme proposto - eventos [0584326](#), [0584332](#) e [0587434](#). Quanto a realização de pesquisa de mercado a gestora informa sua desnecessidade com base no Acórdão n. 1214/2013 - TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Consultada sobre a dilatação do prazo de vigência e os novos valores contratuais, a contratada manifestou seu interesse e concordância aos termos apresentados pela unidade gestora ([0584332](#) e [0587434](#)).

05. Diante disso, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC determinou a programação orçamentária para cobrir a pretendida despesa e a SECONT para elaboração da minuta do instrumento contratual, após a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico quanto a prorrogação pretendida e minuta de termo aditivo ([0589227](#)).

06. A minuta de termo aditivo foi junta aos autos pela SECONT no evento [0595915](#). Por fim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0581882](#)). **É o breve relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

09. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III - ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1- DA PRORROGAÇÃO

10. Conforme registrado no relato deste parecer, a gestora solicita a prorrogação do no **Contrato Administrativo n. 26/2018 (0363053)**, por mais **24 (vinte e quatro) meses**. Por sua vez, há manifestação expressa da Contratada quanto à extensão do vínculo e redução de rubricas mediante e-mail de renovação de contrato ([0587434](#)).

11. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

12. Veja-se o que estabelece a **Lei n. 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

13. O **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772*).

14. Ressalte-se que no **Contrato Administrativo n. 26/2018** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA OITAVA – Este Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01/01/2019, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, considerando os termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e do Anexo IX da IN 05/2017 do SG/MPDG.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: “*iguais e sucessivos períodos*”. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial** de 24 meses. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 26/2018, por mais 24 meses, com nova vigência a contar de 02/01/2021 a 01/01/2023**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (**INFORMAÇÃO Nº 89/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP - 0587697**).

16. Cumprir registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta primeira prorrogação do contrato ora em análise.

17. O terceiro e último requisito reside em preços e condições mais vantajosas para a Administração.

18. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da Corte de Contas Nacional, referida aferição deve ser realizada por meio de pesquisa atual de preços no mercado:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

19. Contudo, em profunda análise do tema, o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:**

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

9.1.17.3 no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (sem grifo no original)

20. Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

21. Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a Cláusula 21ª do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito por meio de Convecção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, situação analisada neste opinativo no tópico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acima, e os valores da contratação na prorrogação se mostram vantajosos, como se verifica na Informação nº 89/2020 – SEAP ([0587697](#)).

22. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

3.2 - DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

23. Ressalte-se que o Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA DÉCIMA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

24. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (Grifou-se)

25. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação e renovação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela **cláusula oitava** do ajuste, conforme já sistematizado na cláusula terceira da minuta constante do evento [0595915](#).

3.3 - DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

26. Por celeridade, juntou-se aos autos minuta do 2º Termo Aditivo ([0595915](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – DA CONCLUSÃO

27. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade Gestora do Contrato ([0604365](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da indicação de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício de 2021 ([0589420](#)), esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica da **prorrogação contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento na Cláusula Décima do Contrato nº 26/2018 (já sistematizada na Cláusula Terceira da minuta do Termo Aditivo nº 02), posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

28. Ademais, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ([0595915](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

29. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 14/10/2020, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0605442** e o código CRC **34FA61FB**.

0001696-82.2018.6.22.8000

0605442v13

Criado por 004891562321, versão 13 por 004891562321 em 14/10/2020 18:45:37.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Primeira prorrogação da vigência – Contrato n. 26/2018 - Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP - Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado.

DESPACHO Nº 1716 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

material de limpeza, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 26/2018 (0363053)**, que se encontra em plena vigência.

Mediante a Informação nº 89/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0587697](#)), a unidade gestora do Contrato n. 26/2018 noticia a proximidade do término da vigência de 24 meses do ajuste, anotada para o dia 1º/1/2021, e solicita ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, conforme sugerido, com ciência à COSEG. A unidade aduz, ainda, que os serviços são de natureza contínua e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada. Ao final, a unidade informa que, para custeio do novo valor do contrato (R\$1.843.717,68) com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2021 no valor de **R\$ 921.858,84** (novecentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária; à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0589227](#)).

Em cumprimento ao Despacho n. 1534/2020 ([0589227](#)), a COFC, pela Informação n. 192/2020 ([0589420](#)), noticia que a determinação para programação orçamentária dos valores alusivos à solicitação em referência, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária dos valores alusivos a 2021 por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação. Por esse motivo, deixou de juntar a programação orçamentária respectiva.

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 26/2018 (evento [0595915](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0595916](#)).

Recebidos os autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 221/2020 ([0605442](#)), no qual concluiu pela possibilidade de prorrogação do Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento na Cláusula Décima do Contrato nº 26/2018 (já sistematizada na Cláusula Terceira da minuta do Termo Aditivo nº 02), visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0595915](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, estando aptas, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela administração.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses ([0606843](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Oitava do Contrato n. 26/2018, *ipsis litteris*:

CLÁUSULA OITAVA – Este Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01/01/2019, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, considerando os termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e do Anexo IX da IN 05/2017 do SG/MPDG.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, sem fornecimento de material de limpeza, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", asseverou a AJDG que o presente contrato, vigente desde 2/1/2018, com prazo de duração de 24 (vinte e quatro) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, com nova vigência a contar de 2/1/2021 a 1º/1/2023. Também, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

57, II, da Lei n. 8.666/93, não foi superado, pois essa será a primeira prorrogação.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, devem ser aferidos de acordo com as orientações normatizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Assim, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a Cláusula 21ª do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito por meio de Convecção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, e os valores da contratação na prorrogação se mostram vantajosos, como se verifica na Informação nº 89/2020 – SEAP ([0587697](#)).

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Oitava do contrato originário, **esta Diretora-Geral:**

1. AUTORIZA a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 26/2018 ([0363053](#)), por mais 24 meses a partir de 2/1/2021 com prazo final em 01/01/2023, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Oitava do Contrato Originário;

2. DETERMINA a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/9](#), no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura do aditivo contratual, no valor de **R\$ 93.485,88** (noventa e três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do termo aditivo, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) c/c Cláusula Décima do Contrato Originário.

À SAOFC para prosseguimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/10/2020, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0607677** e o código CRC **2EFB9E78**.

0001696-82.2018.6.22.8000

0607677v14

Criado por 010141172305, versão 14 por 004577222313 em 20/10/2020 16:38:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 206, terça-feira, 27 de outubro de 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 2º TA ao Contrato 26/18, de 26/10/20. Contratada: LIMPAP LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ 08.775.721/0001-85. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 26/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 02/01/2021 a 01/01/2023. Total do aditivo: R\$ 1.869.717,68. Fundamentação: CLÁUSULA OITAVA do Contrato n. 26/2018/TRE-RO e no Inciso II do art. 57 da Lei 8666/93. Autorização Despacho 1716/GABDG, de 20/10/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pela Contratada, IGOR CESAR SILVA FURRIEL. Processo 0001696-82.2018.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 36/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 0002194-13.2020, publicada no D.O.U de 15/10/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição eventual de BENS PERMANENTES DE INFORMÁTICA visando suprir as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos e condições estabelecidos no edital e seus anexos. Novo Edital: 27/10/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União Baixa União - PORTO VELHO - RO Entrega das Propostas: a partir de 27/10/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/11/2020, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

HERMENSEN PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro

(SIDEI - 26/10/2020) 070024-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 44/2020

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 19/10/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de administração, gerenciamento e controle de frota de veículos mediante manutenção automotiva em geral (preventiva, corretiva e serviço de guincho) por meio de sistema informatizado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

JANDERSON DE MEDEIROS TEIXEIRA
Assessor Jurídico

(SIDEI - 26/10/2020) 070028-00001-2020NE000033

DIRETORIA-GERAL EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 19/2020. SEI 0001723-67.2020.6.23.8000. Contratada: Ritzolmar A. de Oliveira EPP. Objeto: Serviços de acesso à internet dedicada. Valor do Contrato: R\$ 85.200,00. Nota de Empenho: 2020NE000533. ED: 339040. Vigência: 12 meses. Data da Assinatura: 23/10/2020. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Adriano Nogueira Batista, Diretor-Geral; e, pela Contratada, Ingrid Marinho Freitas.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 21/2020. SEI 0002683-23.2020.6.23.8000. Contratada: TELTEC SOLUTIONS LTDA. Objeto: Pacote de Software de Escritório, Armazenamento, denominada Office 365 Enterprise E1, E3 e E5. Valor do Contrato: R\$ 140.815,00. Nota de Empenho: 2020NE000538. ED: 339040. Vigência: 12 meses. Data da Assinatura: 23/10/2020. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Adriano Nogueira Batista, Diretor-Geral; e, pela Contratada, Diego Brites Ramos.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 19/2020. SEI 0001723-67.2020.6.23.8000. Contratada: Ritzolmar A. de Oliveira EPP. Objeto: Serviços de acesso à internet dedicada. Valor do Contrato: R\$ 85.200,00. Nota de Empenho: 2020NE000533. ED: 339040. Vigência: 12 meses. Data da Assinatura: 23/10/2020. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Adriano Nogueira Batista, Diretor-Geral; e, pela Contratada, Ingrid Marinho Freitas.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 21/2020. SEI 0002683-23.2020.6.23.8000. Contratada: TELTEC SOLUTIONS LTDA. Objeto: Pacote de Software de Escritório, Armazenamento, denominada Office 365 Enterprise E1, E3 e E5. Valor do Contrato: R\$ 140.815,00. Nota de Empenho: 2020NE000538. ED: 339040. Vigência: 12 meses. Data da Assinatura: 23/10/2020. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Adriano Nogueira Batista, Diretor-Geral; e, pela Contratada, Diego Brites Ramos.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 4TA CT 51/2016; SEI 0004365-52.2016.6.23.8000; Contratada: Claro S.A.. Objeto: Prorrogação de vigência. Assinatura: 22/10/2020. Pelo TRE/RR: Adriano Nogueira Batista, Diretor-Geral; Pela Contratada: Erika Mendes Padilha.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: TOP TEAM Brasil Ltda. CNPJ da Contratada: 05.229.176/0001-33. Objeto: Prestação dos serviços de inspeção anual dos sistemas de ancoragem nas coberturas dos Edifícios Sede e Anexo I do TRESC. Fundamentação legal: art. 24, Inc. I, da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.122.0033.206P.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.39. N. do Empenho: 2020NE001024. Data do Empenho: 13/10/2020. Valor: R\$ 3.943,77. Data da assinatura: 23/10/2020. PAE n. 27.910/2020. Contrato n. 076/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Barbara Kaori Fernandes Dol Ltda. CNPJ da Contratada: 19.584.873/0001-17. Objeto: Termo Aditivo n. 142/2020, referente ao Contrato n. 056/2020, cujo objeto é a execução de sistemas de cobertura nos Cartórios Eleitorais de Curitiba/PR e Gaspar/SC (acréscimo de serviços e materiais ao objeto do contrato para o Cartório Eleitoral de Gaspar e registra a emissão de novo empenho). Novo valor total: R\$ 90.358,70. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 22/10/2020. Pregão n. 051/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Horizonte Gráfica e Editora Ltda. CNPJ da Contratada: 83.614.651/0001-07. Objeto: Termo Aditivo n. 141/2020, referente ao Contrato n. 121/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de empresa gráfica para, sob demanda, executar os serviços de impressão em offset de materiais (prorroga o prazo de vigência até 31/10/2021). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 21/10/2020. Pregão n. 139/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Servig Segurança Privada EIRELL. CNPJ da Contratada: 11.650.232/0001-01. Objeto: Termo Aditivo n. 144/2020, referente ao Contrato n. 117/2016, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de vigilância armada (prorroga o prazo de vigência até 31/12/2020 e resguarda o direito da contratada à rescisão). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 22/10/2020. Pregão n. 128/2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 85/2020

Objeto: aquisição de materiais de serralheria A Pregoeira do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. O certame restou deserto. São Paulo, 23 de outubro de 2019 Silvana Sales Scardin Pregoeira do TRE-SP

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de apoio

(SIDEI - 26/10/2020) 070018-00001-2020NE000064

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Pregão Eletrônico Federal nº 062/2020
Ata de Registro de Preços nº 059/20, firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a registrada: JC DA SILVA SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO - ME. Registro de preços para fornecimento de materiais de copa e cozinha. Pregão Eletrônico Federal nº 062/2020. Valor total R\$ 1.248,50. Fundamento legal: leis nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: a partir da assinatura e duração de 1 ano. Assinatura: 11/10/2020. Assinam: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Materiais, pelo TRE-SP e João Carlos da Silva, pela Contratada. SEI. 0066434-34.2019.6.26.8000.

Ata de Registro de Preços nº 100/20, firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a registrada: MS TECNOLOGIA SERVIÇOS E COM. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELL. Registro de preços para fornecimento de materiais de copa. Pregão Eletrônico Federal nº 062/2020. Valor total R\$ 6.408,00. Fundamento legal: leis nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: a partir da assinatura e duração de 1 ano. Assinatura: 11/10/2020. Assinam: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Materiais, pelo TRE-SP e Marcelo Souza da Silva, pela Contratada. SEI. 0066434-34.2019.6.26.8000.

Ata de Registro de Preços nº 101/20, firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a registrada: COMERCIAL TAX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELL. Registro de preços para fornecimento de materiais de copa e cozinha. Pregão Eletrônico Federal nº 062/2020. Valor total R\$ 645,00. Fundamento legal: leis nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: a partir da assinatura e duração de 1 ano. Assinatura: 11/10/2020. Assinam: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Materiais, pelo TRE-SP e Gabriel Teixeira Viana, pela Contratada. SEI. 0066434-34.2019.6.26.8000.

Ata de Registro de Preços nº 102/20, firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a registrada: PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELL. Registro de preços para fornecimento de materiais de copa. Pregão Eletrônico Federal nº 062/2020. Valor total R\$ 1.280,00. Fundamento legal: leis nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: a partir da assinatura e duração de 1 ano. Assinatura: 11/10/2020. Assinam: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Materiais, pelo TRE-SP e Sidney Ferreira da Rosa, pela Contratada. SEI. 0066434-34.2019.6.26.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 34/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0001660-31.2020.6.27.8000. Objeto: Aquisição de mobiliário. Complementando o resultado da licitação publicado no DOU nº 194 de 08 de outubro de 2020, sagrou-se vencedora dos itens 1 (Valor unitário R\$ 755,00), 5 (Valor unitário R\$ 523,00) e 6 (Valor unitário R\$ 564,00) a empresa FLEXIMADE COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVIS LTDA (CNPJ nº 24.120.767/0001-93). Os itens 7, 11 e 15 estão em andamento.

Palmas-TO, 26 de outubro de 2020
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 66/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0013781-91.2020.6.27.8000. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (microcomputadores, impressora e notebook). Adjudicatária: CRP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 20.998.285/0001-09, para o item 1 - MICROCOMPUTADOR no valor unitário de R\$ 39.500,00 e total de R\$ 78.500,00; item 2 - MICROCOMPUTADOR no valor unitário e total de R\$ 39.500,00; item 4 - NOTEBOOK no valor unitário e total de R\$ 34.500,00. O item 3 (impressora de jato de tinta A1) restou frustrado.

Palmas-TO, 26 de outubro de 2020
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 222

Porto Velho, terça-feira, 27 de outubro de 2020

9

PROCESSO: SEI N. 0001696-82.2018.6.22.8000 - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Espécie: Publicação do Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 26/2018, assinado em 26/10/2020. Contratada: LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ 08.775.721/0001-85. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 26/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 02/01/2021 a 01/01/2023. Total: R\$ 1.869.717,68. Fundamentação: CLÁUSULA OITAVA do Contrato n. 26/2018/TRE-RO e no inciso II do art. 57 da Lei 8666/93. Ato de Autorização Despacho n. 1716/2019 - PRES/DG/GABDG, de 20/10/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor IGOR CESAR SILVA FURRIEL.

1ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 006/2020 - EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

EDITAL Nº 06/2020/1ZE/2020

O Excelentíssimo Senhor PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO, Juiz da 1ª Zona Eleitoral, GUAJARÁ-MIRIM/RO, por força da Lei 9.504/97. FAZ SABER a todos que virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento, aos Srs. Eleitores, Fiscais e Delegados de Partidos Políticos, e aos demais interessados, que, nos termos do Art. 120 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), tendo sido processadas mudanças na sua composição, passam as abaixo relacionadas mesas ou funções eleitorais especiais, correspondentes ao mencionado Juízo, a ser integradas pelos substitutos abaixo discriminados no pleito: ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 - primeiro turno e segundo turno, se houver.

Município: 19 - GUAJARÁ-MIRIM Local de Votação: 1210 - ALKINDAR BRASIL DE AROUCA - ESCOLA ESTADUAL

Seção: 93 Substituído Substituto

Função Eleitoral Inscrição Nome Inscrição Nome

1º MESÁRIO - MRV 009291402372 ADRIANA APARECIDA MUNIZ 017603572399 MARKLENE MONTES RODRIGUES

1º SECRETÁRIO - MRV 016893132313 MATEUS DA SILVA CAMPOS 018465942330 IANARA GUSMAO DA SILVA

Seção: 134 Substituído Substituto

Função Eleitoral Inscrição Nome Inscrição Nome

1º MESÁRIO - MRV 010086302372 LIRYA LUCAS ARAGAO ARZA 014310142372 AMARILDO NUNES DE MORAIS

2º MESÁRIO - MRV 015180242372 THIAGO DA SILVA PEREDO 018270402399 BRUNO GUTIERREZ DE ARAUJO

Seção: 146 Substituído Substituto

Função Eleitoral Inscrição Nome Inscrição Nome

1º MESÁRIO - MRV 016097432321 CARLOS JÚNIOR CORTEZ BRAGA 017812132356 DIANA LOPES DOS SANTOS

2º MESÁRIO - MRV 015525452372 CARLOS MIKE EIGUANA CANAMARI 018465952313 IARA GUSMAO DA SILVA